

QUESTÃO DE GÊNERO NO EMPREENDEDORISMO: DESAFIOS NA CONSOLIDAÇÃO DA ATIVIDADE EMPREENDEDORA FEMININA NO BRASIL

Giulia Fernandes Riggio

Graduanda em Ciências Econômicas - UFMG

E-mail: giuliariggio925@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa busca estudar os fatores que dificultam a estabilização dos empreendimentos realizados por mulheres no Brasil, levando em conta os aspectos econômicos, sociais e culturais que circunscrevem as questões de gênero. Desse modo, apresenta-se, em primeiro lugar, discussões referentes à ocupação no mercado de trabalho pelas mulheres, ao panorama do empreendedorismo feminino no país e ao processo de criação de empreendimentos femininos. Em segundo lugar, realiza-se testes de hipótese das taxas de empreendedorismo por gênero entre 2012 e 2019, com base no banco de dados da Global Entrepreneurship Monitor, a fim de confirmar analiticamente as disparidades existentes nas taxas de empreendimentos estabelecidos (TEE) segundo gênero. Por fim, associa os resultados à literatura existente sobre desigualdade de gênero no empreendedorismo.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero; Empreendedorismo feminino; Teste de hipótese.

ABSTRACT

This research aims to study the factors that hinder the stabilization of enterprises carried out by women in Brazil, taking into account the economic, social and cultural aspects that circumscribe gender issues. Thus, firstly, discussions are presented regarding women's occupation in the labor market, the panorama of female entrepreneurship in the country and the process of creating female enterprises. Second, hypothesis tests of the entrepreneurship rates by gender between 2012 and 2019 are performed, based on the Global Entrepreneurship Monitor database, in order to analytically confirm the existing disparities in the rates of established ventures (TEE) by gender. Finally, it links the results to the existing literature on gender inequality in entrepreneurship.

Keywords: Gender inequality; Female entrepreneurship; Hypothesis test.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca estudar o empreendedorismo feminino no Brasil através da investigação dos aspectos que influenciam a estabilização de empreendimentos por mulheres no país. Ademais, busca retratar as taxas de empreendedorismo por gênero da última década, segundo os dados da Global Entrepreneurship Monitor, a fim de obter um parâmetro geral dessa temática.

Os primeiros conceitos de empreendedorismo tiveram embasamento nas teorias do desenvolvimento econômico, que o definiam como decorrente de mudanças promovidas de forma ativa por agentes de transformações. Esses agentes utilizavam recursos disponíveis de maneira diferenciada, os quais rompiam com a estabilidade existente e obrigavam os demais agentes econômicos a se reorganizarem e se adaptarem às mudanças (STROBINO E TEIXEIRA, 2014).

Schumpeter (1934) considerava que a inovação é o ponto inicial para o crescimento, visto que torna os produtos e tecnologias preexistentes obsoletos, o que eleva a competitividade do mercado. Destarte, o empresário é o principal agente na realização de novas combinações, sendo assim, a força motriz do desenvolvimento de uma nação. Já Kirzner (1973) considera que o empreendedorismo é baseado na exploração de oportunidades e utiliza a informação de que dispõe para formar juízos sobre a utilização eficiente dos recursos (Silva, 2017).

Na conjuntura hodierna, a prática empreendedora permanece como objeto de análise dos economistas, na medida que se revela ser um importante gerador de emprego. A *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) define empreendedorismo como qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, seja uma atividade autônoma e individual, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente (GEM, 2019). Enquanto isso, para Buera (2008), empreendedor é o indivíduo que utiliza seu capital social e investe seu trabalho para produzir um produto através de determinada tecnologia. É importante ressaltar que, para ser considerado um empreendimento, o negócio pode ter ou não empregados, desde que esse se enquadre nas

definições supracitadas.

Referente a América Latina, o GEM América Latina e Caribe (2015/16) afirma que os empreendedores dinâmicos são essenciais para a economia da região, mediante a característica inovadora desses. Todavia, apresenta que a região ainda possui taxas inferiores de inovação em comparação ao resto do mundo. Outrossim, Lopez e Alvarez (2018) apresentam que a região é caracterizada por taxas altas de economia informal e de mortalidade nos primeiros anos do empreendimento, além de também chamam a atenção para as dificuldades dos países latinoamericanos na prática inovadora.

É importante abordar também qual é o propulsor da criação do empreendimento: necessidade ou oportunidade. Segundo a GEM, empreendedorismo por necessidade é quando uma parcela da população se envolve com a atividade por não ter outra opção de trabalho, enquanto o pôr oportunidade seria quando uma parcela se envolve por ter identificado uma oportunidade de negócios que pretende perseguir.

Em âmbito global, a GEM é a iniciativa que monitora a atividade empreendedora, emitindo relatórios anuais internacionais e nacionais sobre o assunto. A organização, para uma melhor análise, separa a prática empreendedora em dois estágios: empreendimentos iniciais (TEA), que são os que possuem menos de 3,5 anos de atividade, e os empreendimentos estabelecidos (TEE), nos quais possuem mais de 3,5 anos.

Em relação ao Brasil, a TEA é de 23,3% (GLOBAL GEM, 2019), percentual acima da média global (12,81%). Ademais, a taxa de empreendimentos estabelecidos é de 16,16% (GEM, BRAZIL ECONOMY PROFILE, 2019), o que representa 8,26 pontos percentuais a mais que a média mundial (7,9%). Dessa forma, o país apresenta resultados positivos perante as demais nações. Para mais, conforme o Relatório Executivo GEM (2018, p.11), a taxa de empreendedorismo total brasileiro em 2018 é de 38%, em contraste com a taxa de 20,9% em 2002, o que demonstra um incremento na importância dessa atividade no cenário nacional nas últimas décadas.

Desse modo, é visível que a prática empreendedora no país é expressiva. Todavia, ao realizar uma diferenciação por gênero, o relatório não possui um resultado satisfatório. As mulheres, em 2018, apresentaram um menor envolvimento com a atividade, com uma taxa de 34,5%. Em contrapartida, os homens são mais ativos, com uma taxa de 41,8%.

Ademais, ainda consoante com o relatório, é exposto que 17,3% das brasileiras são empreendedoras iniciais em contraste com a taxa de 18,5% dos brasileiros, o que representa uma diferença de apenas 1,2 pontos percentuais. Todavia, as mulheres representam somente 17,2% dos empreendimentos estabelecidos, contra os 23,3% dos homens, o que configura uma disparidade de 6,1 pontos percentuais. Assim, apesar de apresentar um resultado relativamente positivo na TEA, as mulheres apresentam dificuldades na consolidação de seus empreendimentos. Portanto, há uma desigualdade de participação segundo gênero no Brasil, na qual deve ser abordada.

Outrossim, essa disparidade é algo recorrente, na qual pode ser encontrada nos relatórios GEM Brasil anteriores. Esse cenário é principalmente visto no processo de consolidação dos empreendimentos femininos, o que demonstra uma dificuldade feminina de ascensão dentro do empreendedorismo. Dessa forma, é apresentada uma questão: quais aspectos geram essa desigualdade de estabilização entre as mulheres e os homens no meio empreendedor? Assim, essa pesquisa pretende analisar essa problemática, na qual utilizará a abordagem de fatores como desigualdade de gênero, empreendedorismo por necessidade e dificuldade para conciliar demandas da família com os empreendimentos.

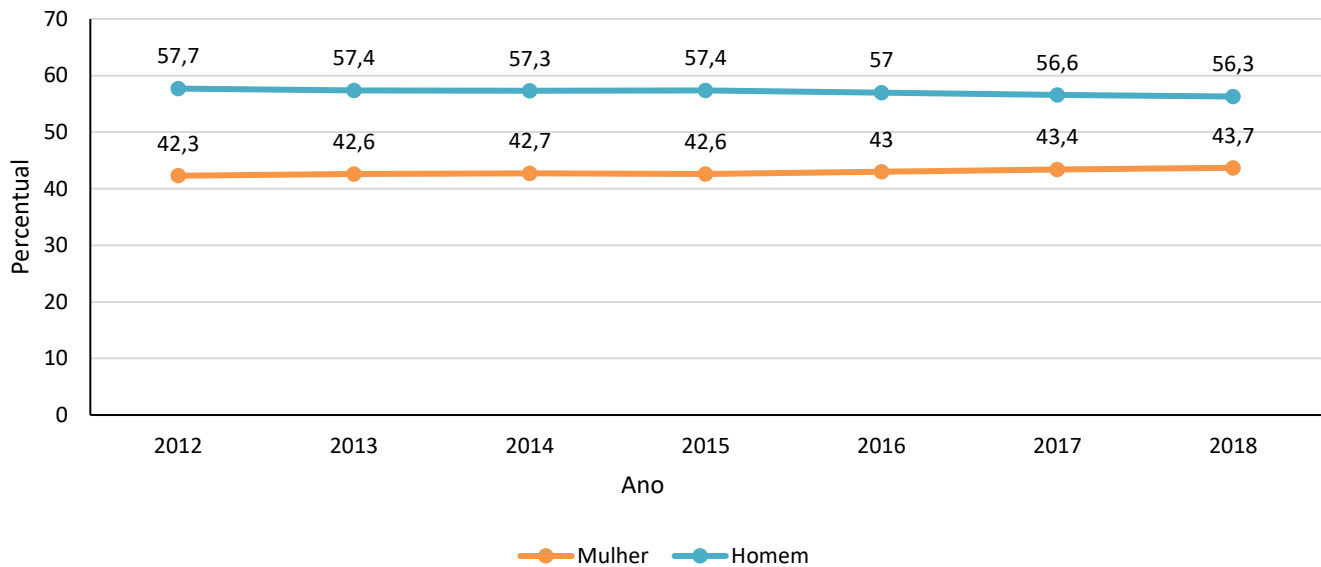
REFERENCIAL TEÓRICO

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

A transformação do papel da mulher na economia e na sociedade resultou no aumento da participação feminina na força de trabalho em vários países, como o Brasil (RAMOS, AGUAS & FURTADO, 2011). Durante o século XX houve picos de inserção das mulheres no mercado de trabalho no país, como no processo de urbanização dos anos 1930, no período do “milagre” econômico brasileiro e na recuperação econômica da década 1990. Todavia, é com o início do século XXI que, mediante as inovações tecnológicas, o capitalismo e a globalização em si, houve o estímulo e a especialização das mulheres brasileiras no mercado de trabalho (VENÂNCIO, 2019). Além disso, é importante ressaltar que a inserção feminina na força de trabalho é um fator essencial para a retirada das famílias brasileiras da condição de pobreza, visto o papel de complemento da renda realizado pelas mulheres dessas famílias (RAMOS, AGUAS & FURTADO, 2011; VENÂNCIO, 2019).

Nas últimas décadas é possível observar uma evolução expressiva na taxa de atuação feminina no mercado de trabalho brasileiro, com uma ampliação de 52,5%, em 1992, para 61%, em 2012. A taxa de participação masculina, que ainda é mais alta que a feminina, apresentou uma redução de 89% para 83% nesse mesmo período. Dessa forma, a taxa de participação agregada entre os sexos teve uma relativa estabilidade no período, com uma média de 71,3% (BARBOSA, 2014).

Ademais, segundo a PNAD, embora o contingente de pessoas ocupadas seja majoritariamente masculino, há um aumento progressivo das taxas femininas, uma vez que em 2012 era equivalente a 42,3% e em 2018 foi de 43,7%. Em contrapartida, houve a diminuição das taxas masculinas de 57,7% para 56,3% para o mesmo período (Gráfico 1). É importante ressaltar que esse fenômeno da diminuição da diferença entre as taxas de participação feminina e masculina é observado mundialmente.

Gráfico 1: Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, segundo o sexo - Brasil - 2012-2018.

Fonte: Realização própria com os dados da PNAD, 2012 – 2018.

Referente aos determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, Barbosa (2014) considera os principais fatores de inserção a presença de filhos até 12 anos, o nível educacional da mulher, a presença de idosos em seus lares, a raça/cor, a localização geográfica e o meio em que vive. A escolaridade feminina reflete positivamente nesse processo, em que mulheres com mais de onze anos de estudo possuem probabilidade de 23% a mais de entrar no mercado de trabalho. O fator filhos jovens, no entanto, reflete negativamente nesse processo. Em 2012, ter filhos entre 0 e 2 anos reduziu essa probabilidade em cerca de 17% e filhos entre 3 e 5 anos foram reduzidos em mais de 7%.

Em relação aos idosos, que culturalmente acabam demandando mais cuidados das mulheres, eles acabam representando um aspecto de inibição a essa participação. Já em referência a cor de pele, o resultado de sua análise é que mulheres negras ofertam mais trabalho que as brancas, apesar da discriminação racial existente. Referente a região geográfica, as mulheres do Sul apresentam maior participação no mercado de trabalho e a região Norte apresenta as menores taxas. Além disso, as residentes em meios urbanos, em contraste com as de meio rural, apresentam uma maior participação no mercado de trabalho.

Já Ramos, Aguas e Furtado (2011) abordaram o comportamento das mulheres cônjuges como participantes no mercado de trabalho metropolitano. No que tange a influência do status socioeconômico, foi apresentado que famílias com menor dotação das características socioeconômicas consideradas (existência de outras fontes de renda e escolaridade dos cônjuges) possuem uma probabilidade mais alta de ter a mulher inserida no mercado de trabalho, visto o maior peso relativo que o rendimento do trabalho da mulher na formação da renda domiciliar possui. Todavia, nas famílias mais bem dotadas a probabilidade de participação feminina diminui.

Outrossim, é importante ressaltar a relação da condição socioeconômica das famílias e a presença de filhos pequenos. Ainda segundo o trabalho de Ramos, Aguas e Furtado (2011), famílias com menor status socioeconômico que possuem filhos pequenos, o incremento da participação mencionada anteriormente tende a ser atenuado, e mesmo revertidos no caso de filhos em idade pré-escolar. Isto pode ser explicado devido ao aumento da produtividade doméstica como resultado da ausência de, ou impossibilidade de arcar com substitutos para o seu tempo dedicado aos filhos. Os autores respaldam essa hipótese mediante ao impacto ser menor, e mesmo inexistente para o caso de crianças entre 6 e 10 anos de idade.

PANORAMA DO EMPREENDEDORISMO FEMININO NO BRASIL

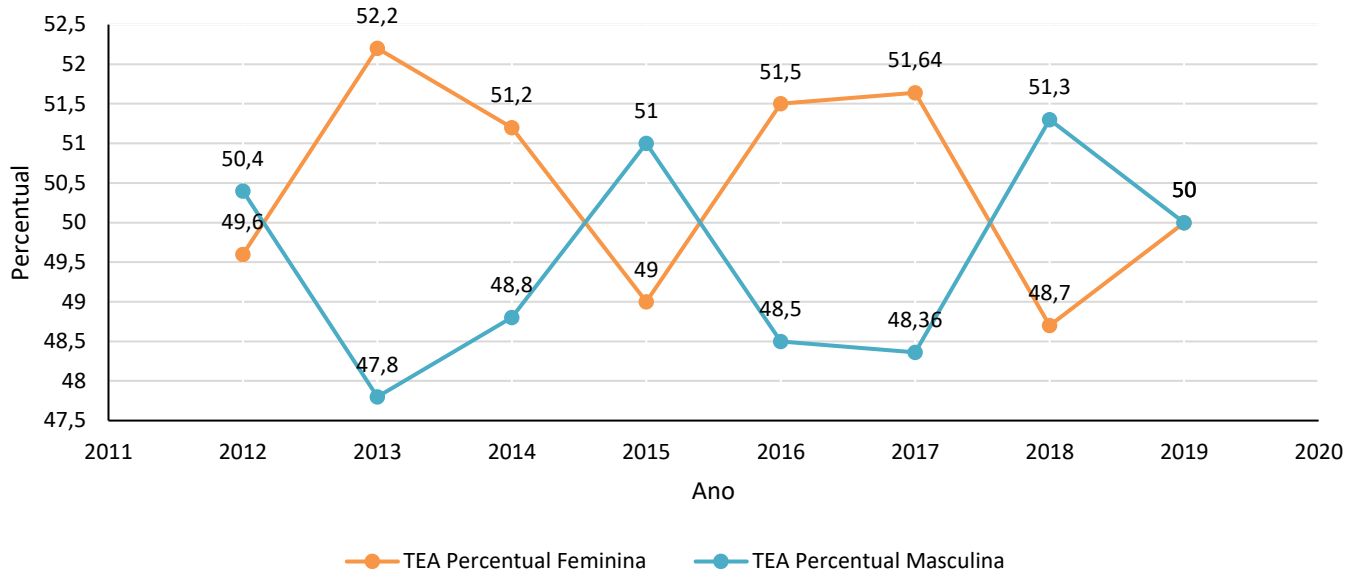
O empreendedorismo no Brasil iniciou-se de modo organizado na década de 1990, quando entidades como Sebrae e Sociedade Brasileira para Exportação de Software (Softex) foram criadas, uma vez que anteriormente os ambientes político e econômico do país não eram propícios a criação de pequenas empresas (DORNELAS, 2018). Hodiernamente, o país possui elevadas taxas de empreendedorismo, tanto em empreendimentos iniciais quanto em empreendimentos estabelecidos, estando acima das taxas médias mundiais (GLOBAL GEM, 2019).

Referente ao empreendedorismo feminino, é possível observar uma tendência à inserção das mulheres tal qual a apresentada anteriormente no mercado de trabalho brasileiro. Rosa (2018) apresenta que o envolvimento das mulheres na atividade empreendedora é um fenômeno mundial, além de ressaltar a pesquisa do Global Entrepreneurship Monitor (GEM) de 2016 que afirma que a mulher brasileira é uma das mais empreendedoras em comparação ao nível mundial. Além disso, Venâncio

(2019) indica que, no caso de empreendedores iniciais no Brasil, as taxas de inserção são similares entre os gêneros.

Ademais, o Relatório Executivo GEM (2019), as taxas de empreendimento iniciais (TEA) entre homens e mulheres apresentaram uma equidade, com estimados 50% para cada. Além disso, no período recente entre 2012 e 2019, essa taxa demonstra uma tendência ao equilíbrio entre os sexos, com pequenas diferenças entre eles e sem um padrão de taxas maiores para um gênero específico (Gráfico 2).

Gráfico 2: Distribuição percentual dos empreendedores iniciais (TEA), segundo gênero – Brasil - 2012 – 2019.

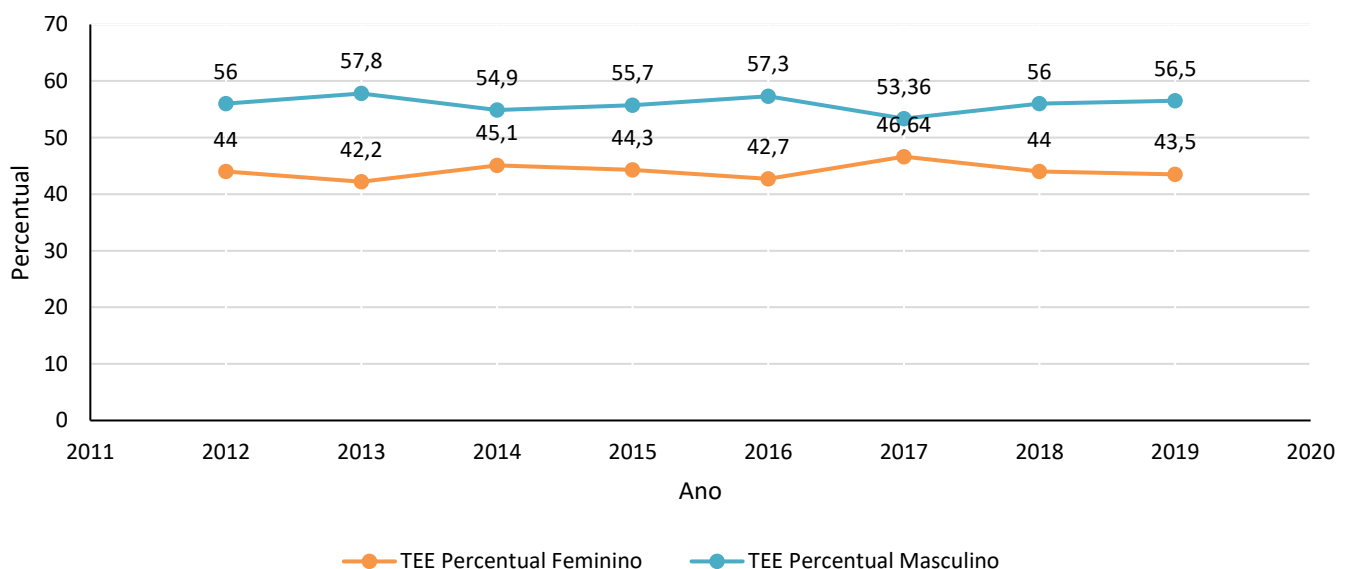


Fonte: Realização própria com os dados GEM, 2012-2019.

Todavia, em relação aos empreendimentos já consolidados, há uma disparidade de gênero. Trabalhos como de Rosa (2018) e Silva (2018) indicam brevemente a existência dessa problemática. Além disso, Lener, Pines e Schwartz (2010) e Strobino e Teixeira (2014) possuem estudos que abordam as dificuldades das mulheres em estabilizar os seus negócios.

Outrossim, ainda referente ao Relatório Executivo GEM (2019), as taxas de empreendimentos estabelecidos (TEE) femininas e masculinas apresentam uma assimetria. Em 2019, por exemplo, as mulheres representaram 43,5% dos empreendimentos estabelecidos, em contraste com 56,5% dos homens. É assinalado que esse tem sido um retrato constante da face do empreendedorismo brasileiro ao longo dos anos. Ou seja, proporções semelhantes de empreendedores iniciais tanto entre a população masculina quanto entre a feminina, e um percentual maior de empreendedores à frente de negócios já consolidados entre a população masculina (Gráfico 3).

Gráfico 3: Distribuição percentual dos empreendedores estabelecidos (TEE), segundo gênero - Brasil – 2012-2019



Fonte: Realização própria com os dados GEM, 2012-2019.

Isto posto, é indicado que na passagem dos empreendedores iniciais para empreendedores estabelecidos, há um nível de abandono dos negócios superior por mulheres do que por homens (GEM, EMPREENDEDORISMO NO BRASIL, 2019). Essa problemática será abordada a posteriori no presente trabalho.

PROCESSO DE CRIAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS FEMININOS

Referente às razões para empreender, estudos correntes demonstram que homens e mulheres apresentam motivos iniciais similares para iniciar seus próprios negócios, como desejo de autonomia e realização (MACHADO, ST-CYR, MIONE, & ALVES, 2003). No entanto, Quental e Wetzel (2002) indicaram que as mulheres viam o próprio empreendimento como uma possibilidade de um maior equilíbrio entre os papéis feminino no trabalho e na família.

Todavia, as conclusões da própria pesquisa apontaram um aumento significativo de conflitos entre trabalho e família, mediante à liberdade e à flexibilidade encontradas pelas mulheres empreendedoras que resulta na mistura de horário de ambas atividades e um aumento de horas trabalhadas. Dessa forma, apesar de representar em um primeiro momento uma solução do conflito trabalho-família, o empreendimento resulta no aumento dessa problemática.

Outrossim, há a questão da hereditariedade, na qual algumas empreendedoras já pertencem a famílias de empreendedores, o que possibilita a existência de modelos de referência para a realização desse tipo de atividade (BUTTNER & MOORE, 1997). O GEM Global Report (2019) também assinala o desejo de fazer a diferença no mundo como impulsor da criação de negócios femininos.

Machado, St-Cyr, Mione e Alves (2013) avaliaram o processo de criação de empresas por mulheres, no qual foi realizado junto a empreendedores em três localidades: Brasil, Canadá e França. Os seus resultados apontaram que a principal motivação para a criação de empreendimentos foi a realização pessoal (30%), seguido pela percepção de oportunidade de mercado e falta de perspectiva profissional.

Em relação aos fatores determinantes na decisão de abrir a empresa foi que, nesse estudo, mais do que 80% eram empregadas antes de abrirem suas empresas. A falta de perspectivas no trabalho anterior e a visão de oportunidade de mercado exerceram influência na criação de suas empresas. É possível também que o fato de terem pais e mães empreendedoras, aproximadamente 70% quando considerados em conjunto, tenha interferido na decisão de empreender.

Ademais, as empresas foram abertas majoritariamente, para as brasileiras e canadenses, com economias pessoais. Isso corrobora com Birley, Harris e Harris (1988), que apontaram que as mulheres optaram tradicionalmente pelo uso do capital próprio para a abertura de suas empresas, pois mostravam-se mais conservadoras quanto ao quesito risco, ainda que não encontrassem mais obstáculos do que os homens na tentativa de aquisição de crédito.

Já Silva (2017) ao analisar os determinantes do empreendedorismo feminino no Brasil, via microdados da PNAD de 2015, apresentou que as variáveis escolaridade, estado civil e regionalidade foram significativas. O casamento possui efeito positivo para criação de próprios negócios em ambos dos sexos, enquanto ensino superior completo afeta negativamente a escolha das mulheres de se tornar empreendedoras. Referente às diferenças das regiões do país, a região Norte obteve resultados mais significativos de empreendedorismo feminino, o que a autora relaciona ao forte empreendedorismo por necessidade na região.

Enquanto isso, Venâncio (2019) observou que, apesar de que no Brasil o empreendedorismo por oportunidade seja maior, as mulheres empreendem mais pela necessidade do que pela oportunidade. Isso é explicado, na maioria das vezes, pela escassez de empregos formais e pela necessidade financeira, que faz a mulher buscar no empreendedorismo uma alternativa de trabalho e rendimento, participando na complementação da renda familiar. Além disso, também assinala o objetivo de conciliar a maternidade com a vida profissional, ou seja, resolver o conflito trabalho-família.

É importante ressaltar também que, segundo o Relatório Executivo GEM (2019, p.12), a principal motivação para empreender inicialmente no Brasil é para ganhar a vida porque os empregos estão escassos (88,4%). Isto posto, mediante que as mulheres representam 50% dos empreendedores iniciais, pode-se supor que a escassez de emprego é um propulsor válido na criação de empreendimentos femininos no país.

REFERENCIAL METODOLÓGICO

De acordo com Montgomery e Runger (2012), a estimação de parâmetros com teste de hipóteses estatísticas e com intervalo de confiança são métodos fundamentais utilizados no estágio de análise de dados de um experimento comparativo. Na tomada de decisões, são realizadas hipóteses que serão rejeitadas ou não rejeitadas.

Dessa forma, para a compreensão de um teste de hipótese é necessário estabelecer uma Hipótese Nula (H0) e uma Hipótese Alternativa (H1) (DEVORE, 2006).

- Hipótese Nula (H0): é a alegação inicialmente assumida como verdadeira (a suposição de afirmação de prioridade).

- Hipótese Alternativa (H1): é a afirmação contraditória a H0.

Ao realizar uma decisão favorável ou contrária a uma hipótese, há apenas dois erros estatísticos possíveis de cometer (Montgomery e Runger, 2012):

- Erro do tipo I: Rejeição da hipótese nula (H0) quando ela for verdadeira.
- Erro do tipo II: Falha em rejeitar a hipótese nula (H0) quando ela é falsa.

Desse modo, é estabelecido o nível de significância que há o risco de cometer o erro tipo I, o qual usualmente é representado por α (alfa). Na presente análise será utilizado $\alpha = 0,05$, que é um nível de significância considerado adequado na área estatística.

Na prática, as variâncias de uma população usualmente não são conhecidas (Devore, 2006). Assim, utiliza-se a estatística t para testar a hipótese de diferença de médias ($\mu_1 - \mu_2$) de duas distribuições normais, em que as variâncias σ^2_1 e σ^2_2 são desconhecidas. Logo, é estabelecido as seguintes hipóteses:

- Hipótese Nula (H0): Não há diferença nas médias do grupo estudado.
- Hipótese Alternativa (H1): Há diferença nas médias do grupo estudado.

O cenário exposto é que engloba a presente massa de dados. Como previamente apresentado, há o conhecimento apenas da variância amostral da taxa de empreendimentos estabelecidos e o percentual do TEE segundo gênero, referentes ao período de 2012 e 2019. Portanto, a variância populacional é desconhecida.

É importante ressaltar que existem duas situações que necessitam de tratamento diferenciado. No primeiro caso, que se refere às médias da taxa de empreendimentos estabelecidos entre 2012 e 2019, as variâncias não são necessariamente iguais, ou seja, $\sigma^2_1 \neq \sigma^2_2$. No segundo caso, que se refere à média do percentual do TEE segundo gênero, no mesmo recorte temporal, as variâncias são iguais, isto é, $\sigma^2_1 = \sigma^2_2 = \sigma^2$.

Assim, em relação ao primeiro caso, os parâmetros de interesse são as médias da taxa de empreendimentos estabelecidos feminino (μ_1) e masculino (μ_2) entre 2012 e 2019. Caso $\mu_1 - \mu_2 = 0$, não há evidências que o processo de consolidação de empreendimentos ocorre de forma desigual segundo gênero. Desse modo, a hipótese nula é que $\mu_1 - \mu_2 = 0$ e a hipótese alternativa é que $\mu_1 \neq \mu_2$. A estatística do teste é apresentada no Quadro 1, em que a hipótese nula é rejeitada se o p-value for menor que o nível de significância, ou seja, $\alpha = 0,05$.

Quadro 1: Teste t para duas amostras com variâncias diferentes

Hipótese nula:	$H_0: \mu_1 - \mu_2 = 0$
Estatística de teste:	$T = \frac{(\bar{X} - \bar{Y}) - (\mu_1 - \mu_2)}{\sqrt{\frac{\sigma^2_1}{n_1} + \frac{\sigma^2_2}{n_2}}}$
Hipótese alternativa:	$H_0: \mu_1 - \mu_2 \neq 0$

Fonte: Devore, 2006

No segundo caso, os parâmetros de interesse são μ_1 e μ_2 , a média da taxa percentual da TEE feminino e masculino, respectivamente, entre os anos de 2012 e 2019. Se $\mu_1 - \mu_2 = 0$, significa que não há assimetria no processo de estabelecimento de empreendimentos entre os gêneros. Dessa forma, a hipótese nula é $\mu_1 - \mu_2 = 0$ e a hipótese alternativa é $\mu_1 \neq \mu_2$. A estatística do teste é apresentada no Quadro 2, em que a hipótese nula é rejeitada se o p-value for menor que o nível de significância, ou seja, $\alpha = 0,05$.

Quadro 2: Teste t para duas amostras com variâncias iguais.

Hipótese nula:	$H_0: \mu_1 - \mu_2 = 0$
----------------	--------------------------

Estatística de teste:

$$T = \frac{(X - Y) - (\mu_1 - \mu_2)}{\sqrt{\frac{\sigma^2}{n_1} + \frac{\sigma^2}{n_2}}}$$

Hipótese alternativa:

$$H1: \mu_1 - \mu_2 \neq 0$$

Fonte: Devore, 2006

BASE DE DADOS E VARIÁVEIS

Este trabalho utilizou os dados dos Relatórios Executivos do Empreendedorismo no Brasil entre 2012 e 2019, o qual é realizado pela Global Entrepreneurship Monitor (GEM) em conjunto com o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O GEM é a única pesquisa em âmbito global que coleta dados sobre o empreendedorismo diretamente com os indivíduos empreendedores, o qual realiza relatórios anuais que avaliam nacionalmente esses dados.

A “Pesquisa com a População Adulta” (APS – Adult Population Survey) no Brasil consiste em um levantamento domiciliar junto a uma amostra representativa de pessoas com idade entre 18 e 64 anos do país (em 2019 foram 2.000 pessoas entrevistadas). Com os dados coletados, é possível identificar, em meio à amostra, o percentual de empreendedores existentes e estimar essa quantidade para a população como um todo (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2019). Outro aspecto de grande relevância da pesquisa GEM reside no fato de os instrumentos de coleta de dados serem padronizados para todos os países participantes em cada ciclo da pesquisa, o que possibilita o estabelecimento de parâmetros entre os países envolvidos.

Assim, a APS fornece possibilidades de análise sobre as características, motivações e ambições dos indivíduos que estão iniciando um negócio, além das atitudes sociais em relação ao empreendedorismo (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2019). Dois dos principais levantamentos via esse mecanismo são: a Taxa de Empreendimentos Iniciais (TEA) e a Taxa de Empreendimentos Estabelecidos (TEE). O primeiro representa o percentual populacional de empreendimentos com menos de 3,5 anos de criação, enquanto o segundo representa o percentual populacional de empreendimentos com mais de 3,5 anos. O relatório, ademais, apresenta taxas gerais sobre o empreendedorismo, que consideram a população como um todo, e taxas específicas, que objetivam evidenciar as variações na intensidade da atividade empreendedora entre os estratos que compõem variáveis sociodemográficas como sexo, faixa etária, escolaridade e renda familiar (Relatório Executivo, 2019, p.13). Desse modo, o presente trabalho objetiva a análise das taxas relacionadas ao gênero.

Tabela 1: Taxa de Empreendimentos Estabelecidos (TEE), segundo gênero - Brasil, 2012-2019.

Sexo	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
TEE								
Feminino	14,7	12,6	15,6	17	14,3	14,4	17,2	13,9
Masculino	16,2	18,6	19,4	21	19,6	18,6	23,3	18,4
Percentual¹								
Feminino	44	42,2	45,1	44,3	42,7	46,64	44	43,5
Masculino	56	57,8	54,9	55,7	57,3	53,36	56	56,5

Fonte: Realização própria com os dados GEM, 2012-2019.

No Brasil, o empreendedorismo feminino está ganhando notoriedade. O Relatório Executivo GEM (2019, p.14) expõe que 23,1% das brasileiras são empreendedoras iniciais em contraste com a taxa de 23,5% dos brasileiros, o que em estimativa de números de empreendedores representa 16,1 milhões para ambos dos sexos. Todavia, consoante ainda com o relatório, as

¹ Distribuição percentual da Taxa de Empreendimentos Estabelecidos (TEE) segundo gênero.

mulheres representam somente 13,9% dos empreendimentos estabelecidos, contra os 18,4% dos homens, o que configura uma disparidade de 4,5 pontos percentuais. Assim, apesar de apresentar um resultado positivo na TEA, as mulheres apresentam dificuldades na consolidação de seus empreendimentos. Além disso, os resultados dos últimos relatórios apontam uma reincidência no desequilíbrio entre os gêneros em relação a TEE (Tabela 1). Outrossim, é importante ressaltar que a TEE representa o percentual da população brasileira que são empreendedores estabelecidos, enquanto a TEE Percentual indica o percentual dos empreendedores estabelecidos de ambos dos sexos em relação ao total de empreendedores estabelecidos existentes no Brasil.

Ademais, é essencial observar as características básicas da amostra. Em primeiro lugar, iremos apresentar as medidas de tendência central da Taxa de Empreendimentos Estabelecidos (TEE) e da distribuição percentual da TEE, segundo gênero, entre os anos de 2012 e 2019. Em segundo lugar, será exposto as medidas de variabilidade dessas variáveis, no mesmo recorte temporal. Essa análise visa expor a assimetria das taxas de consolidação de empreendimentos por gênero.

As taxas de empreendimentos consolidados masculino apresentam uma média maior que a feminina, com uma diferença de 4,425. Além disso, a mediana também é superior, com 4,45 pontos percentuais a mais. Em relação ao percentual do TEE por gênero, a média masculina é 11,89% maior que a feminina, enquanto a mediana e a moda tem a diferença de 12 pontos percentuais (Tabela 2).

Tabela 2: Medidas de tendência central da Taxa de Empreendimentos Estabelecidos (TEE) entre 2012 e 2019, segundo gênero. Brasil.

Sexo	Média	Moda	Mediana
TEE			
Feminino	14,9625		14,55
Masculino	19,3875		19
Percentual			
Feminino	44,055	44	44
Masculino	55,945	56	56

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do GEM, 2012-2019.

Em relação às medidas de dispersão, a taxa de empreendimentos consolidados apresenta uma variação distinta em relação a masculina e feminina, com 0,5637802 de diferença. Já a TEE percentual possui as variâncias iguais nos gêneros, o que também é válido para o desvio padrão. Ademais, a massa de dados, no geral, apresenta uma baixa variabilidade (Tabela 3).

Tabela 3: Medidas de dispersão da Taxa de Empreendimentos Estabelecidos (TEE) entre 2012 e 2019, segundo gênero. Brasil.

Sexo	Variância	Desvio padrão	Coefficiente de variação
TEE			
Feminino	2,137344	1,461966	0,097708653
Masculino	3,791094	1,947073	0,100429304
Percentual			
Feminino	1,678175	1,295444	0,029405151
Masculino	1,678175	1,295444	0,02315567

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do GEM, 2012-2019.

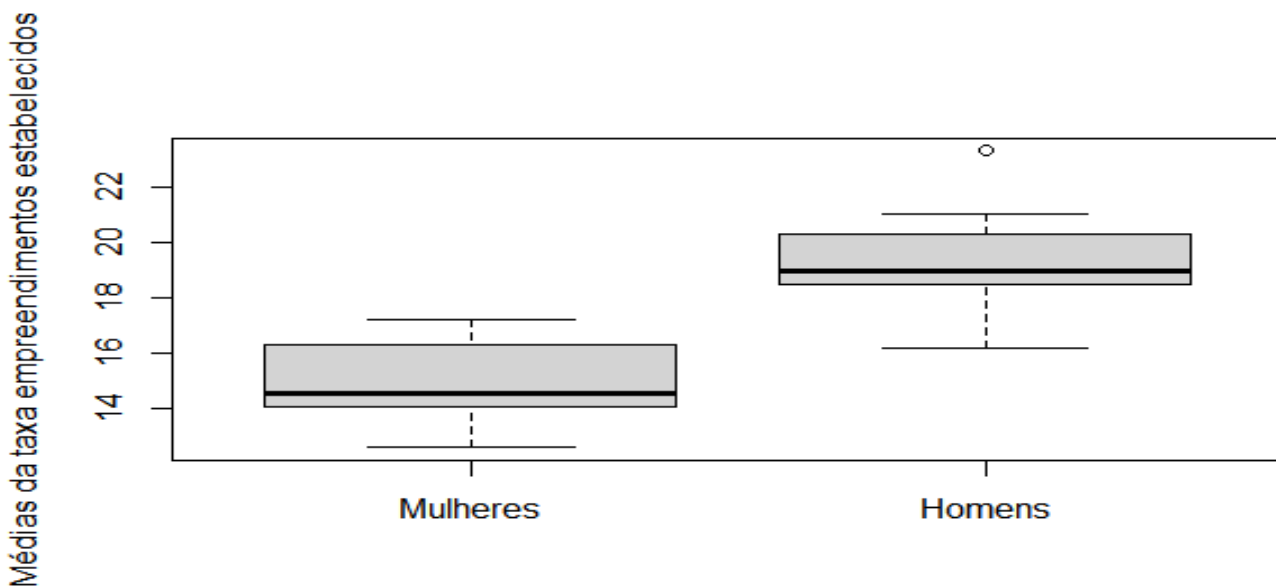
Isto posto, é indicado que as médias da taxa de empreendimentos estabelecidos e da TEE percentual feminino é inferior às taxas masculinas, o que representa uma desigualdade de gênero na consolidação de empreendimentos. Entretanto, é recomendado que seja realizado um teste de hipótese, via teste t, com o intuito de confirmar se essas médias são estatisticamente diferentes.

RESULTADOS

Essa seção visa apresentar os resultados obtidos no teste de hipótese relacionados a comparação entre as médias das taxas de empreendimentos estabelecidos (TEE) femininas e masculinas no Brasil, entre os anos de 2012 a 2019, com o objetivo de comparar a situação de ambos os gêneros no Brasil. Desse modo, será realizado, a priori, o teste relacionado à taxa de empreendimentos estabelecidos segundo gênero. A posteriori, é apresentado o teste t das médias da taxa percentual de empreendimentos estabelecidos segundo gênero.

Isto posto, serão analisados os resultados do teste de hipótese t-student das médias da taxa de empreendimentos estabelecidos segundo gênero, entre 2012 e 2019 (T-test 1). Realiza-se um “boxplot” (Figura 1), com intuito de visualizar a distribuição das médias da massa de dados, em que 1 se refere a taxa de empreendimentos estabelecidos feminino e 2 representa a taxa de empreendimentos estabelecidos masculino.

Figura 1: Médias da taxa de empreendimentos estabelecidos segundo gênero, entre 2012 e 2019.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do GEM, 2012-2019.

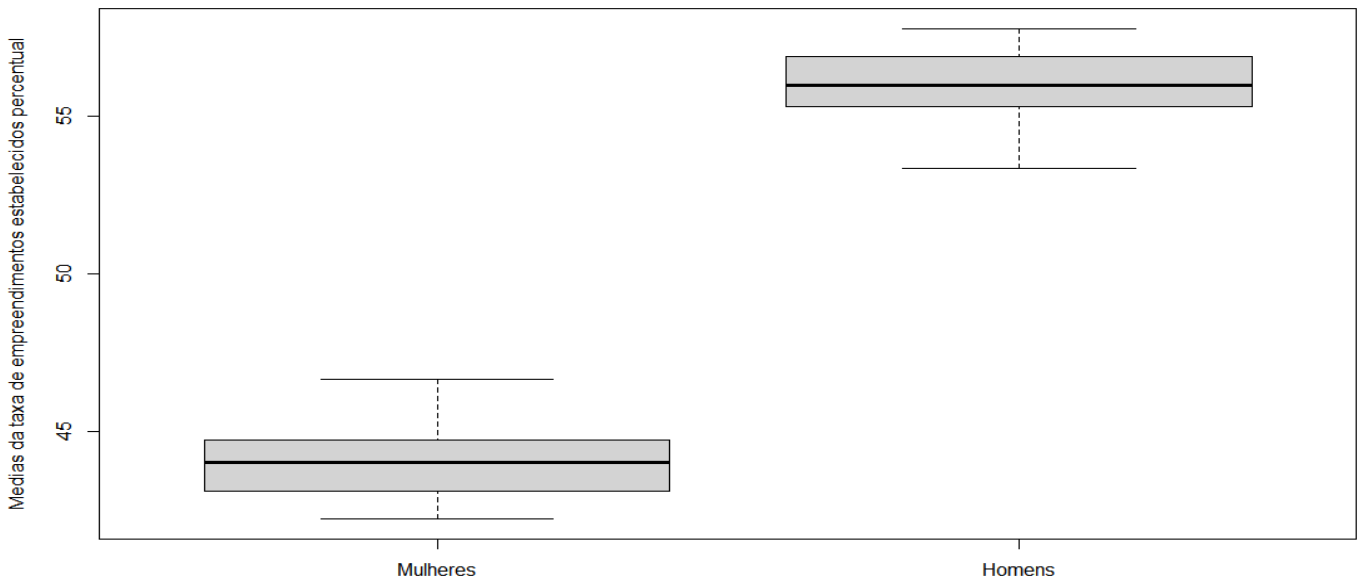
Apesar de uma aparente diferenciação entre as duas médias, é necessário a realização do Teste T para comparar as duas amostras. Considera-se o seguinte cenário, em que μ_1 e μ_2 são, respectivamente, TEE feminino e TEE masculino.

$$\{H_0: \mu_1 - \mu_2 = 0 \quad H_1: \mu_1 - \mu_2 \neq 0$$

Utilizando o software R, realiza-se o procedimento T-test. Com nível de confiança de 95%, o limite superior é igual a -2.436684 e o limite inferior a -6.413316. O p-value, com o nível de significância de 0,05, equivale a 0,0003425. Desse modo, a hipótese nula (H_0) é rejeitada, o que confirma que há diferença nas médias da taxa de empreendimentos estabelecidos segundo gênero, entre 2012 e 2019.

Por conseguinte, são analisados os resultados do teste de hipótese t-student das médias da taxa de empreendimentos estabelecidos percentual segundo gênero, entre 2012 e 2019 (T-test 2). Realiza-se um boxplot (Figura 2), com intuito de visualizar a distribuição das médias da massa de dados, em que 1 se refere a taxa de empreendimentos estabelecidos percentual feminino e 2 representa a taxa de empreendimentos estabelecidos percentual masculino.

Figura 2: Médias da taxa de empreendimentos estabelecidos percentual segundo gênero, entre 2012 e 2019.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do GEM, 2012-2019.

Apesar de uma aparente diferenciação entre as duas médias, é necessário a realização do Teste T para comparar as duas amostras. Considera-se o seguinte cenário, em que μ_1 e μ_2 são, respectivamente, TEE percentual feminino e TEE percentual masculino.

$$\{H_0: \mu_1 - \mu_2 = 0 \quad H_1: \mu_1 - \mu_2 \neq 0\}$$

Utilizando o software R, realiza-se o procedimento T-test. Com nível de confiança de 95%, o limite superior é igual a -10,40486 e o limite inferior é -13,37514. O p-value, com o nível de significância de 0,05, equivale a 8,407e-11. Desse modo, a hipótese nula (H_0) é rejeitada, o que confirma que há diferença nas médias da taxa de empreendimentos estabelecidos percentual segundo gênero, entre 2012 e 2019. Na tabela 5 é apresentado os resultados dos dois Testes T.

Tabela 4 - Resultados do T-test

	Limite Superior	Limite Inferior	p-value
T-test 1	-2.436684	-6.413316	0,0003425
T-test 2	-10,40486	-13,37514	8,407e-11

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do GEM, 2012-2019.

Desse modo, é possível pressupor o processo de consolidação de empreendimentos, segundo o conceito do GEM, ocorre de forma desigual entre homens e mulheres. Ademais, o resultado é consonante com os estudos de Rosa (2018), Lener, Pines e Schwartz (2010) e Stobino e Teixeira (2014) apresentados previamente e a serem melhores desenvolvidos posteriormente. Isto posto, urge uma abordagem dos fatores que dificultam a consolidação de empreendimentos por mulheres no Brasil, com o intuito de compreender essa problemática.

DESIGUALDADE DE GÊNERO NO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

O Relatório Executivo GEM Brasil (2019) aponta como retrato constante da atividade empreendedora no país o equilíbrio nas taxas de empreendedorismo inicial segundo gênero, em detrimento de um percentual superior masculino nas taxas de empreendimentos estabelecidos. De acordo com o relatório, esse panorama se deve a presença maior de homens na atividade no passado, que possibilitou a formação de um estoque de empreendedores consolidados de maioria masculina. Ademais, indica que há um maior abandono de mulheres na passagem dos empreendedores iniciais para os empreendedores estabelecidos, devido ao tipo de motivação desses negócios e a aspectos socioculturais.

No passado, os relatórios de empreendedorismo brasileiro do GEM apontaram uma maior participação de empreendedoras por necessidade, quando comparado aos homens (GEM, 2019). Nesse contexto, parte das mulheres busca o empreendedorismo como um complemento de renda em momentos de piora da renda familiar, mas abandonou posteriormente a atividade empreendedora quando há uma melhora dessa renda familiar. Rosa (2018) apresentou resultados em seus estudos que empreendedoras empregadoras possuem rendimentos maiores que mulheres assalariadas. No entanto, empreendedoras autônomas possuem rendimento inferior, o que indica a criação de empreendimentos por necessidade. Desse modo, esse resultado sugere que no caso de empreendedora autônoma, tendo a oportunidade, é preferível retornar ao trabalho assalariado, onde os rendimentos são mais elevados. Assim, há uma diminuição da base de empreendimentos femininos consolidados.

Outro fator apresentado por Lener, Pines e Schwartz (2010) é que as crises econômicas afetam mais os empreendimentos femininos. Na pesquisa é apresentado que no mundo há a prevalência de empreendedorismo por necessidade entre as mulheres. Ademais, justamente por iniciarem os negócios para complementar a renda, usualmente são empreendimentos de menor escala e atuantes no setor informal. Esse cenário é característico em países latino-americanos, como o Brasil.

Dessa forma, ainda segundo o trabalho de Lener, Pines e Schwartz (2010), essa situação de informalidade que se encontra os negócios femininos pode explicar parcialmente a tendência de receber menor suporte financeiro de instituições públicas. Além disso, as mulheres tendem a ter capital social limitado, o que explica o menor acesso à financiamento. Assim, devido às características dominantes de seus empreendimentos, as autoras observam que os empreendimentos femininos iniciais tendem a serem mais afetados em tempos de crise, em âmbito global, o que pode também justificar a menor taxa de empreendimentos femininos estabilizados.

É importante também ressaltar o impacto do conflito trabalho-família na atividade empreendedora feminina. Grande parte desse conflito está relacionado ao tempo excessivo direcionado ao trabalho, em detrimento da família (PLECK, 1980; KAHN, 1984). Além disso, segundo a pesquisa de Lilly, Duffy e Virick (2006), há uma tendência maior das mulheres serem mais afetadas com as obrigações familiares do que os homens. Nesse contexto, Shelton (2006) considera que empreendedoras possuem o comportamento de compartilhar as suas funções profissionais e domésticas, a fim de eliminar ou reduzir encargos gerados pelos papéis domésticos e laborais.

No trabalho de Quental e Wetzel (2002), em um primeiro momento, observa-se que ter um negócio próprio é visto pelas mulheres como uma opção de maior equilíbrio entre família e trabalho. Todavia, mediante ao alto envolvimento com o empreendimento, investindo altas horas no trabalho, as mulheres empreendedoras podem vir a experimentar um número significativo de conflitos entre trabalho e família.

Na pesquisa de Stobino e Teixeira (2014), é exposto que dificuldades encontradas para o perfeito compartilhamento das atividades familiares com os demais membros da família, muitas vezes acrescidas do pouco apoio marital, como conflitos trabalho-família, dentro da dimensão de tempo, relatados pelas empresárias. Já transtornos emocionais causados por brigas familiares, falta de ânimo para administrar suas empresas, o mau humor no trato com a família como consequência dos problemas no trabalho e a falta de motivação constante causada pela rotina foram alguns dos conflitos na dimensão de comportamento.

Isto posto, os trabalhos referentes ao conflito trabalho-família convergem com o Relatório GEM Brasil (2019). O relatório inclui o maior envolvimento doméstico e familiar por mulheres como um dos aspectos socioculturais que dificultam a consolidação de empreendimentos femininos, visto que resultam em uma maior evasão de empreendedoras na transição dos empreendedores iniciais para os empreendedores estabelecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho abordou a questão de gênero no empreendedorismo brasileiro, via a análise das taxas de empreendimentos femininos estabelecidos no Brasil entre 2012 e 2019, segundo os dados da Global Entrepreneurship Monitor (GEM). Assim, apresentou temas como inserção das mulheres no mercado de trabalho, determinantes do empreendedorismo feminino e desigualdade de gênero no empreendedorismo brasileiro.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro é crescente. A transformação do papel social e econômico feminino, especialmente no século XXI, influenciou o aumento da participação das mulheres na força de trabalho em vários países, como o Brasil. Alguns dos principais determinantes positivos do ingresso das mulheres na força de trabalho são maior escolaridade e residência em meios urbanos. Já os fatores negativos são a presença de filhos jovens e de idosos nas famílias. Isto posto, também é essencial indicar a queda de fecundidade no passado recente como fato positivo na evolução da mulher no mercado de trabalho.

Outrossim, para compreender esse processo no país, é notório a abordagem da desigualdade de renda no impacto da participação das mulheres na força de trabalho. Nesse sentido, famílias com menores rendas e escolaridade possuem uma maior chance de ter mulheres inseridas no mercado de trabalho, uma vez que o peso relativo do rendimento do trabalho feminino na formação da renda domiciliar é maior. Ademais, em relação a presença de filhos jovens, famílias com menor status socioeconômico possuem um incremento da participação feminina atenuado ou negativo. Isto pode ser explicado devido ao aumento da produtividade doméstica como resultado da ausência de, ou impossibilidade de arcar com substitutos para o seu tempo dedicado aos filhos.

Referente ao empreendedorismo feminino, é possível observar uma tendência à inserção das mulheres tal qual a apresentada anteriormente no mercado de trabalho brasileiro. As mulheres possuem uma certa equidade no processo de abertura de negócios no país, apresentando taxas de empreendimentos iniciais no período recente entre 2012 e 2019 com pequenas diferenças entre os gêneros, sem haver um padrão de taxas maiores para um gênero específico.

Nesse aspecto, as principais motivações para as mulheres empreenderem são falta de perspectivas no trabalho anterior, visão de oportunidade de mercado exerceram influência na criação de suas empresas, vir de família previamente empreendedora, escassez de emprego, necessidade de complementar a renda da família e possibilidade de um maior equilíbrio entre os papéis feminino no trabalho e na família. Esse último fator acaba não se concretizando, visto que, apesar do intuito de impacto positivo na carreira da mulher, os empreendimentos demonstram acentuar o conflito trabalho-família.

Todavia, esse equilíbrio de gêneros não permanece ao analisar a consolidação desses empreendimentos femininos. Os empreendedores masculinos apresentam taxas superiores em todo o período abordado no estudo (2012-2019), além de ser um retrato constante da face do empreendedorismo brasileiro nos anos anteriores. Essa desigualdade na longevidade dos empreendimentos no Brasil pode ser associada à presença maior de homens na atividade no passado, que possibilitou a formação de um estoque de empreendedores consolidados de maioria masculina.

Ademais, é indicado que há um maior abandono de mulheres na passagem dos empreendedores iniciais para os empreendedores estabelecidos, devido ao tipo de motivação desses negócios e a aspectos socioculturais. Parte das mulheres busca o empreendedorismo como um complemento de renda em momentos de piora da renda familiar, mas abandonou posteriormente a atividade empreendedora quando há uma melhora dessa renda. Além disso, é assinalado que as crises econômicas afetam mais empreendimentos femininos.

Por fim, a questão do conflito trabalho-família também é crucial para compreender essa desigualdade, visto que a liberdade e a flexibilidade encontradas pelas mulheres empreendedoras acaba resultando na mistura de horário de ambas atividades e um aumento de horas trabalhadas. Esse cenário é prejudicial ao desempenho do negócio e corrobora com a evasão de empreendedoras na transição dos empreendedores iniciais para os empreendedores estabelecidos.

Isto posto, é importante ressaltar que o presente trabalho representa uma base nas pesquisas referentes ao empreendedorismo, na qual a temática ainda há de ser mais explorada no campo econômico e social brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, A. L. N. DE. H. **Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro**. 2014.
- BERNAT, L. F., LAMBARDI, G. and PALACIOS, P. **Determinants of the entrepreneurial gender gap in Latin America**. Small Business Economics, Springer, vol. 48(3), pages 727-752, March. 2017.
- BIRLEY, S., HARRIS, P., & HARRIS, P. (1988). **Female entrepreneurs – Are they really any different?** Journal of Small Business Management, 5, p.87.
- BUTTNER, E. H., & MOORE, D. P. **Women's organizational exodus to entrepreneurship: self-reported motivations**. Journal of Small Business Management, 35(1), 34. 1997.
- DORNELAS, J. **Empreendedorismo, transformando ideias em negócios - 7ª Edição**. Editora Empreende, 2018.
- DEVORE, J. L. **Probabilidade e Estatística para Engenharia e Ciências**. 6ª edição. Cengage. 2006.
- Global Entrepreneurship Monitor (GEM). **Empreendedorismo no Brasil**. 2016.
- Global Entrepreneurship Monitor (GEM). **Empreendedorismo no Brasil**. 2017.
- Global Entrepreneurship Monitor (GEM). **Empreendedorismo no Brasil**. 2018.
- Global Entrepreneurship Monitor (GEM). **Empreendedorismo no Brasil**. 2019.
- Global Entrepreneurship Monitor (GEM). **GEM América Latina y el Caribe**. 2015/2016.
- Global Entrepreneurship Monitor (GEM). **Global Report**. 2019.
- Global Entrepreneurship Monitor (GEM). **Women's Entrepreneurship Report**. 2018/2019.
- KAHN, R. L. (1984). **Productive behavior through the life course: an essay on the quality of life**. Human Resource Management, 23(1), 5-22. doi: 10.1002/hrm.3930230103)
- LERNER, M., PINES A. M., SCHWARTZ, D. **Gender differences in entrepreneurship: Equality, diversity and inclusion in times of global crisis**. Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal. Vol. 29 No. 2, 2010 pp. 186-198.
- LILLY, J. D., DUFFY, J. A., & VIRICK, M. (2006). **A gender-sensitive study of McClelland's needs, stress, and turnover intent with workfamily conflict**. Women in Management Review, 21(8), 662-680. doi: 10.1108/09649420610712045
- LÓPEZ, T & ÁLVAREZ, C. **Entrepreneurship research in Latin America: a literature review**. Academia Revista Latinoamericana de Administración. 2018.
- MACHADO, H. P. V., ST-CYR, L., MIONE, A, & ALVES, M. C. M. (2003). **O processo de criação de empresas por mulheres**. Revista de Administração de Empresas, RAE Eletrônica, 2(2), 6-20.
- MONTGOMERY, D. C., & RUGER, G. C. **Estatística aplicada e probabilidade para engenheiros**. 2012.
- PLECK, J. H., STAINES, G. L., & LANG, L. (1980, March). **Conflicts between work and family life**. Monthly Labor Review, 103(3), 29-32.

- PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Características Adicionais do Mercado de Trabalho 2018.**
- QUENTAL, C., & WETZEL, U. (2002). **Equilíbrio trabalho-família e empreendedorismo: a experiência das mulheres brasileiras.** In: Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Salvador, BA, Brasil, 26.
- ROSA, S. S. **Empreendedorismo feminino e diferenciais de rendimentos: evidências para o Brasil.** 2018.
- SCHUMPETER, J. A. (1934) **The theory of economic development.** Cambridge, MA: Harvard University.
- SHELTON, L. M. (2006, April). **Female entrepreneurs, work-family conflict and venture performance: new insights into work-family interface.** Journal of Small Business Management, 44(2), 285- 297. doi: 10.1111/j.1540-627X.2006.00168.x)
- SILVA, J. S.; TAVARES, M. F. S. S.; JESUS, D. L. N.; MERLIN, H. A. **Empreendedorismo feminino no brasil: teorias, políticas e tendências.** 2018.
- SILVA, M. S. DA. **Determinantes do empreendedorismo feminino no Brasil: aplicação de um modelo de escolha ocupacional usando microdados da PNAD de 2015.** Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul, 2017.
- STROBINO, M. R. DE C; TEIXEIRA R. M. **Empreendedorismo feminino e o conflito trabalho-família: estudo de multicasos no setor de comércio de material de construção da cidade de Curitiba.** Revista de Administração (São Paulo), 2014.
- VENÂNCIO, K. B. **A inserção da mulher no mercado de trabalho e empreendedorismo feminino no brasil.** 2019.

Artigo submetido em agosto de 2022 e aprovado em novembro de 2022.